

Capítulo 10

Análise situacional de comunidades extrativistas de castanha-da-amazônia

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico; Patricia da Costa; Maxim Repetto; Ana Margarida Castro Euler; Andressa Sganzerla; Daniel Montenegro Lapola; Jean Jacquelin Bijou; Lindomar de Jesus de Sousa Silva; Quêzia Leandro de Moura Guerreiro; Raimundo Cosme de Oliveira Júnior; Walter Paixão de Sousa; Carolina Volkmer de Castilho; Darlisson Bentes dos Santos; Fernando Barreto Diógenes de Queiroz; Kátia Emídio da Silva; Marcelino Carneiro Guedes

Introdução

No século XVII, a Amazônia começou a ser explorada por causa das especiarias e foi fornecedora de matérias-primas valorizadas pela Europa. Essa parte da América do Sul era percebida como região rica em recursos; uma “ilha econômica” exportadora de especiarias. Diferenciou-se de outras regiões pelo seu isolamento e ficou limitada ao uso dos recursos naturais abundantes, e a floresta, entendida por muitos como barreira à ocupação, era base para a economia extrativista.

A circulação de pessoas e mercadorias na vasta e contínua floresta amazônica, ocupada por populações ribeirinhas e indígenas, ocorria e ainda ocorre nos dias de hoje, na maioria das vezes, por via fluvial. Os rios eram caminhos para a penetração, a circulação e, também, a dispersão da população, situação que resultou em uma Amazônia com extensa penetração territorial, mas com povoamento reduzido a pontos localizados nas confluências dos rios ou de importância para a navegação fluvial. A economia extrativista da borracha, com valorização em fins do século XIX, foi intensa e deixou marcas de uma economia colonial violenta e com desníveis econômicos e sociais na “parca população, que permaneceu na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou em Belém e

Manaus, centros que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha” (Becker, 1974).

Uma nova dinâmica ocorreu na Amazônia a partir da década de 1970, com a abertura de estradas que interligam capitais da região Norte com outras áreas do Brasil (Belém-Brasília/BR-153, Manaus-Porto Velho/BR-319, Transamazônica/BR-230, Manaus-Boa Vista/BR-174 e Cuiabá-Santarém/BR-163). Com isso, surgiram as frentes de desmatamento, a atividade agropecuária e as vilas. Assim, atualmente, observa-se a existência de uma população que vive tanto em comunidades ribeirinhas como em vilas e pequenas cidades ligadas a essa malha de estradas e projetos de colonização agrícola, além dos indígenas que habitam seus territórios, muitos já demarcados e homologados. Em diferentes graus, esses moradores vivem de suas atividades cotidianas, como a agricultura, a pesca, a caça e o extrativismo de produtos florestais, entre eles a castanha-da-amazônia.

A castanheira-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) está presente em várias áreas do espaço amazônico brasileiro. Esses espaços possuem histórias de ocupação humana que se diferenciaram ao longo do tempo, conferindo diversidade de perfis socioeconômicos e formas de interação com a natureza no que se refere ao uso e à extração de recursos naturais. Com o objetivo de diagnosticar as tipologias de produção da castanha-da-amazônia e o uso dos territórios por diferentes grupos sociais em estruturas fundiárias distintas na Amazônia brasileira, este capítulo apresenta o perfil de comunidades extrativistas onde o projeto de pesquisa “Ecologia e genética da castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) como subsídio à conservação e uso sustentável da espécie” realizou ações nos estados de Roraima, do Amazonas, do Pará e do Amapá. No período de 2016 a 2019, foram realizadas atividades de campo para autorização da pesquisa, levantamento de dados e informações sobre a organização social, política e espacial das áreas nas quais é realizado o extrativismo de produtos florestais.

As comunidades pesquisadas apresentaram diferentes perfis socioeconômicos e relações espaciais com a floresta e com o entorno na extração da castanha-da-amazônia, algumas com controle sobre os territórios e organização própria para a atividade, e outras com vinculação da atividade a autorizações de proprietários de fazendas, limitações pelos planos de manejo e presença de unidades de conservação. Para todas as comunidades, a castanha-da-amazônia é um produto que agrega renda às famílias; porém, não é a única nem a principal fonte de renda. Além da agricultura e da criação de animais, as comunidades fazem extração de

outros produtos florestais, como taperebá (*Spondias* spp. L), açai (*Euterpe* spp. Mart.), buriti (*Mauritia* spp. L.f.), tucumã (*Astrocaryum aculeatum* G.Mey.), bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.), patauá (*Oenocarpus bataua* Mart.), uixi (*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec.), cumaru (*Dipteryx odorata* (Aubl.) Forsyth f.), entre outras espécies. Assim, elas comercializam esses produtos nos mercados locais, que processam derivados e os vendem para atravessadores.

O capítulo está organizado em três partes: a primeira apresenta a localização e a caracterização das comunidades; a segunda detalha a formação histórica das regiões onde estão inseridas as unidades pesquisadas (São Jorge; Marinho; Caracaraí: sede do município, Itã e Cujubim; Jatapuzinho; e Nossa Senhora do Livramento), com destaque para as políticas de infraestrutura e a criação de áreas destinadas a grupos específicos e à conservação de ecossistemas; e na última parte, é feita uma breve comparação entre essas comunidades estudadas. De modo a contribuir para a compreensão do universo amazônico, com sua diversidade e suas distintas realidades, o capítulo se encerra com uma reflexão sobre os desafios e as oportunidades para o futuro dessas comunidades, que possuem, como ponto comum, o extrativismo da castanha-da-amazônia.

As comunidades: localização e caracterização

Usamos aqui o termo comunidade de forma generalizada para definir pequenos agrupamentos de famílias que podem ser de agricultores familiares, pescadores artesanais ou indígenas. São Jorge; Marinho; Caracaraí: sede, Itã e Cujubim; Jatapuzinho; e Nossa Senhora do Livramento são as sete comunidades que participaram do estudo. Essas comunidades estão localizadas, de modo geral, em áreas de floresta nos estados de Roraima, Amapá, Pará e Amazonas (Figura 1), e em suas proximidades existem os castanhais, nas áreas de terra firme.

São Jorge

No estado do Pará, os levantamentos foram realizados na comunidade São Jorge, que pertence ao município de Belterra e pode ser acessada por um ramal da BR-163 (km 92). Essa comunidade pertence a uma área que foi desafetada da Floresta Nacional do Tapajós em 2012, mas que hoje pertence à sua zona de amortecimento. Em 2016, residiam na comunidade 597 famílias, com uma população de 1.523 pessoas. De diversas origens em sua maioria migrantes nordestinos, seguida de sulistas e dos próprios nativos, sua população é formada basicamente por

agricultores, e a roça e a coleta da castanha são as principais fontes de renda dessas famílias.

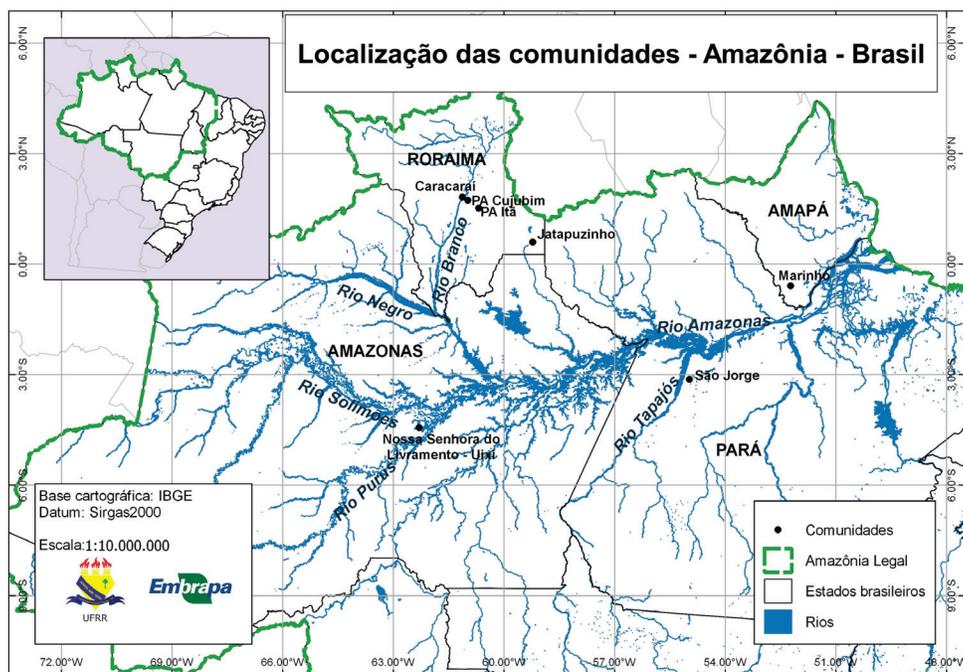


Figura 1. Mapa de localização das comunidades envolvidas nesta pesquisa.

Marinho

No Amapá, o levantamento foi realizado na comunidade Marinho, na Reserva Extrativista do Rio Cajari, no município de Laranjal do Jari. A vila está localizada a cerca de 1,5 quilômetro da BR-156, com acesso por ramal. No ano de 2018, a população da comunidade era de 120 moradores e 23 famílias. É uma comunidade antiga, de aproximadamente 150 anos, cujo nome, segundo Rangel (2017), remonta a seu primeiro morador, que abriu aquelas terras para se instalar com sua família, abrir o seu roçado e explorar seringa e castanha. Hoje em dia, todos os moradores da comunidade são coletores da castanha, fazem parte da associação local (Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Cajari – ASTEX-CA), e as mulheres que fazem parte da Associação das Mulheres da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade no Alto Resex-Cajari (Amobio) têm uma cozinha

comunitária para a produção de biscoitos e bombons de castanha, que são vendidos na feira da agricultura familiar de Água Branca do Cajari ou comercializados para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Caracarái: sede, Itã e Cujubim

Na cidade de Caracarái, localizada na parte centro-sul de Roraima, os levantamentos foram realizados com extrativistas que residiam no núcleo urbano da sede do município e em dois projetos de assentamento (PA). De acordo com o censo demográfico do IBGE, em 2010, Caracarái tinha uma população de 18.398 habitantes – 10.910 eram residentes na área urbana, e 7.488, na área rural. A cidade tem sua origem em um porto de embarque de gado para o Amazonas, muito utilizado antes da abertura da BR-174, na década de 1970. Hoje, essa rodovia, juntamente com o Rio Branco, são os principais acessos à região.

Na área rural do município de Caracarái encontramos 14 PAs segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá)⁷⁸, entre eles o Itã e o Cujubim. Os dois projetos foram criados mediante portarias do Incra na mesma data, em 19 de outubro de 1995. O PA Itã pode ser acessado pela BR-174 e tem capacidade para 350 famílias. Em 2020, moravam ali 161 famílias assentadas, dentre as quais 57 possuíam título de propriedade. O PA Cujubim está localizado nas proximidades do Rio Branco, e seu acesso também se dá pela BR-174. Com capacidade para 243 famílias, em 2020, havia 179 famílias ocupando os lotes, dos quais 47 eram titulados.

Jatapuzinho

A comunidade Jatapuzinho está localizada no município de Caroebe, sul de Roraima, na Terra Indígena Trombetas-Mapuera, homologada em 2009, onde vivem seis diferentes povos, com predominância de indígenas de etnia Wai Wai. O acesso à comunidade pode se dar por via aérea ou fluvial, especialmente a partir dos rios Jatapu e Jatapuzinho. No período do verão (estiagem), esse acesso é dificultado pela vazante dos rios; para atravessar alguns trechos, é preciso carregar as canoas, ampliando o tempo em muitas horas para chegar ao destino (Lapola; Repetto, 2018).

⁷⁸ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/docs/relatorio-gestao/2017/sr25-rr.pdf>. Acesso em: 27 ago 2020.

Segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima/DSEI-Leste, no ano de 2019, a comunidade contava com uma população de 216 moradores, correspondendo a 44 famílias. A língua predominante é o Wai Wai, e o português é a segunda língua, com a qual, aos poucos, a comunidade vem se familiarizando. A conversão à Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) foi impactante para esse povo nas últimas décadas, que também enfrenta pressões cada vez maiores sobre seus territórios, especialmente desde a criação da central hidrelétrica no Rio Jatapu e pela aproximação de fazendas e áreas de colonização de reforma agrária.

A reprodução física e cultural do grupo tem sua base em roças familiares, caça, pesca e extrativismo de produtos da floresta. Na comunidade Jatapuzinho, que fica à margem do rio de mesmo nome, existe uma infraestrutura composta por posto de saúde, escola, malocão (local comunitário destinado a reuniões e festividades), paiol para armazenamento da castanha-da-amazônia e casas distribuídas ao longo das margens do rio, que adentram um pouco para o interior. A comunidade está vinculada a uma organização indígena, a Associação dos Povos Indígenas Wai Wai (APIW), a qual tem a finalidade, dentre outras coisas, de ser o elo para a comercialização da castanha-da-amazônia coletada pelas famílias que lá vivem/residem.

Nossa Senhora do Livramento – Uixi

A comunidade Nossa Senhora do Livramento, também conhecida como Uixi, é uma das 85 comunidades que compõem a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, no vale do Rio Purus, Amazonas. Segundo Silva (2006), o nome Nossa Senhora do Livramento é uma homenagem à padroeira da comunidade, porém o local é conhecido até hoje como comunidade de Uixi, dado como referência à grande quantidade de fruto de uixi (*Endopleura uchi*) que se encontra por lá. Com 65 famílias e aproximadamente 180 pessoas, essa comunidade possui a Associação dos Moradores do Uixi, uma organização que tem caráter mais sociocultural, com pouca influência na construção de estratégias políticas e econômicas.

Localizada no lago Ayapuá, a comunidade conta basicamente com transportes fluviais, especialmente rabetas e recreios, e estes últimos são os principais meios de transporte de produtos agrícolas entre a comunidade e a cidade e de produtos processados e industrializados da cidade à comunidade. Nesse lago, a pesca tradicional é voltada ao autoconsumo e à comercialização do excedente; tanto no lago como na RDS como um todo, a pesca é considerada a atividade econômica

mais importante, seguida da agricultura e da extração de castanha (Antunes et al., 2011). Soares e Junk (2000) estimam que aproximadamente 60% do peixe comercializado no porto da cidade de Manaus tenha origem na Bacia do Rio Purus, o que sugere que pode haver significativa contribuição da pesca realizada no lago do Ayapuá para o abastecimento de peixes na capital do Amazonas. A região do lago Ayapuá e seu entorno, bem como a região de Uauaçu, no norte da reserva, são considerados as principais áreas de castanhais em toda a RDS Piagaçu Purus.

Formação histórica e uso dos recursos naturais

A Amazônia é um mosaico de paisagens com planícies, serras, várzeas, savanas e florestas onde o homem, com diferentes perfis sociais – ribeirinhos, índios, agricultores – interage. Esses moradores da Amazônia estruturam seu sustento em diversas atividades que, juntas, garantem a sobrevivência do grupo. O tempo da floresta, da frutificação das árvores nativas, determina a atividade extrativista, que se alterna com a criação de animais, a pesca e a agricultura. Uma atividade tem, dentre outros, o seu aspecto econômico, como é o caso do extrativismo da castanha-da-amazônia, comercializada para centros de consumo no país. A floresta é o espaço para o desenvolvimento dessa atividade, que depende da “floresta em pé” para que muitas famílias tenham parte de seu sustento.

A economia na Amazônia tem uma relação direta com a atividade extrativista e com o meio natural. Desde o período colonial até décadas recentes, a ocupação e o controle territorial da Amazônia têm seu fundamento na geopolítica, nas relações entre poder e espaço geográfico. A ocupação da região privilegiou aspectos econômicos, com fases ligadas às demandas externas, seguidas de períodos de estagnação e decadência (Becker, 2005).

Na década de 1960, com a política nacional de industrialização e uma nova etapa do crescimento econômico, a economia nacional ficou concentrada em São Paulo, e a Amazônia se tornou uma “ilha” no sistema espacial com os limites marcados pelas rodovias Belém-Brasília e São Paulo-Cuiabá-Acre, formando o que Becker (1974) definiu como o “grande arco em torno da *Hiléia*”, mantendo a Amazônia à margem do sistema espacial de desenvolvimento. Considera-se como o “Arco do Desmatamento” a região onde a fronteira agrícola avança sobre a floresta, impulsionada pela construção de estradas, entre elas a rodovia Cuiabá-Santarém, com elevados índices de desmatamento. A abertura de estradas desencadeou um movimento migratório ativo que envolveu pecuaristas de outras regiões e

excedente demográfico da região Nordeste, aliviando a pressão do êxodo rural para as capitais do Sudeste e Nordeste, além de abrir espaços para investimentos, mobilização de recursos e absorção de manufaturas. Então, a Amazônia passou a ser percebida como uma região de imensas possibilidades, verdadeira fronteira de recursos (Becker, 1974).

Tornar a Amazônia atrativa para investimentos ficou a cargo do Estado pelo alto custo dos empreendimentos necessários. O governo atuou com a implantação de infraestrutura para a modernização da região por meio da integração física do território na abertura de uma rede rodoviária, como a Perimetral Norte (BR-210) e a rodovia Manaus-Boa Vista (BR-174); da integração psicossocial com acesso a informação, telecomunicações, educação; com o projeto Rondon; e também com a presença de instituições capazes de captar recursos (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Sudam e Banco da Amazônia S.A./Basa) para a continuidade das obras de infraestrutura e políticas de incentivos fiscais (Becker, 1974). Surgiram indústrias e pontos de uso da terra e extração de produtos florestais, produção de celulose, além da agricultura e pecuária.

Dentre as atividades produtivas nesse período, havia a extração do óleo de pau-rosa (*Aniba rosiodora* Ducke), muito apreciado pela indústria da perfumaria. Sua exploração na Amazônia data de 1926, quando ocorreu o esgotamento das reservas na Guiana Francesa. O estado do Pará recebeu a primeira indústria de beneficiamento em Juruti Velho (Homma, 2003), e, no ano de 1932, foi instalada, em Belém, a fábrica Perfumarias Phebo Ltda, que tinha como componente básico o óleo de pau-rosa. Na década de 1970, a extração expandiu-se para outras regiões da Amazônia, entre elas Santarém e áreas dos rios Tapajós, Madeira, Aripuanã, Negro e Solimões. Novas áreas de exploração foram acessadas pelas estradas abertas na década de 1970, e a introdução do motosserra na Amazônia elevou a produtividade da extração, a qual, em 1974, atingiu os maiores preços desde a década de 1950 (Homma, 2003). No entanto, uma vez que a produção desse óleo se baseava no corte da planta-matriz e houve um descompasso entre a taxa de extração e a taxa natural de regeneração, a atividade se mostrou insustentável. Com a escassez do óleo, seu uso passou a ser restrito à perfumaria fina, como para a fabricação do Chanel nº 5.

Nesse contexto, uma fábrica de pau-rosa marcou o início da comunidade de São Jorge (Figura 2), onde o pau-rosa era nativo na região e “espalhado por toda a área”. Segundo o morador Sr. Antônio Almada, na década de 1970, algumas pessoas já

habitavam o lugar, mas chegaram famílias para trabalhar na fábrica e se fixaram na área. Na mesma época chegou o Sr. João Pessoa, que era o administrador da fábrica, quem levou consigo novos moradores para a área; inclusive, o nome de seu filho batiza a comunidade, e uma das principais ruas da comunidade recebeu o nome de João Pessoa.

Chegaram [...] três famílias grandes que hoje somam mais de 100 pessoas. Depois chegaram outras famílias e a vila foi crescendo. A comunidade iniciou assim: primeiro as pessoas que vieram trabalhar na fábrica de pau-rosa. Quando a fábrica foi desativada, os moradores começaram a falar para outros que era uma área bonita, e veio chegando gente do Açaizal, como a família do Edilson, família de nordestino, do meu pai, sr. Dico Almada, que era nordestino também e morava em outra comunidade no Açaizal. Aí vieram para cá. (Sr. Antônio Almada)



Figura 2. Localização da comunidade São Jorge e seu entorno, Pará.

Nesse mesmo contexto econômico, o Projeto Jari conferiu uma nova dinâmica à região sul do Amapá. No ano de 1967, instalou-se, às margens do Rio Jari, a empresa Jari Florestal e Agropecuária, destinada à produção de celulose, com perspectiva de expansão para outros segmentos, como mineração, pecuária e

agricultura. Para seu funcionamento, foi necessária a edificação de infraestruturas, como porto, ferrovia, estradas e alojamentos para trabalhadores. Os impactos advindos do projeto foram seguidos de críticas de ambientalistas, preocupados com a ocupação da floresta por esse tipo de segmento industrial. Os conflitos sociais pela terra foram constantes entre extrativistas da castanha-da-amazônia e o Projeto Jari, e a solução foi criar, em 1990, a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-CA), visando manter pública a posse da terra e oferecer segurança fundiária às populações tradicionais que residiam na região e retiravam parte do sustento da extração de produtos da floresta, onde a castanha era o principal produto (Jesus; Guedes, 2016).

Várias comunidades estão localizadas na área da Resex-CA – a maior parte está ao longo da rodovia Macapá-Laranjal do Jari (BR-156), e outras estão em estradas vicinais, como é o caso da comunidade Marinho (Figura 3). A distribuição das comunidades na Resex está diretamente associada à altimetria do rio que a nomeia, sendo dividida em três macrorregiões: alto, médio e baixo Cajari (Rangel,

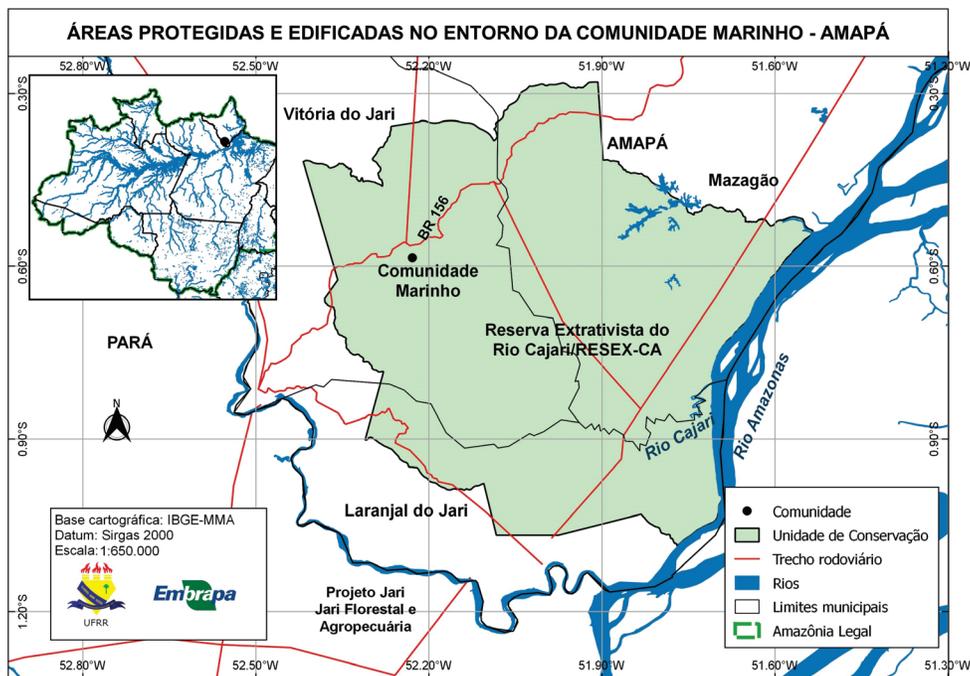


Figura 3. Localização da comunidade Marinho e seu entorno, Reserva Extrativista do Rio Cajari, Amapá.

2017). No alto Cajari, estão as florestas de terra firme, as savanas amazônicas e o ecótono que caracteriza a transição entre essas duas fitofisionomias. É nessa região que se encontram os castanhais, explorados há pelo menos quatro gerações por 14 comunidades distribuídas ao longo da BR-156 ou conectadas por ramais abertos no interior da floresta.

Os planos de colonização do Incra foram outra estratégia de ocupação e povoamento da Amazônia. Considerada um vazio demográfico, a região se mostrou apropriada para a reforma agrária e o assentamento de famílias a partir da década de 1970, não com a opção de resolver conflitos agrários em regiões como as do Nordeste ou Sul, mas de abrir novas áreas de ocupação em terras públicas. Para Le Tourneau e Bursztyn (2010), a abertura de novos espaços produtivos na Amazônia representava a materialização do slogan “uma terra sem homens [a Amazônia] para homens sem terra [do Nordeste]”, quando milhares de migrantes foram atraídos não apenas para os lotes de colonização nos projetos de assentamentos rurais, mas para o trabalho nas grandes obras de infraestrutura, como as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, as estradas, as minas de Carajás e Pitinga, além do garimpo em Serra Pelada. Muitos desses trabalhadores permaneceram na Amazônia e buscaram terras para se fixarem, situação que teve nova fase na década de 1980, com a onda migratória para os garimpos.

Le Tourneau e Bursztyn (2010) apontam que todo esse esforço do governo para ocupar as terras amazônicas não teve o resultado esperado, uma vez que 40 mil colonos foram instalados no período de 1970 a 1979, número menor se comparado a uma demanda de 1,3 milhão de famílias subempregadas no Nordeste. Para esses autores, a reforma agrária enfrentou principalmente dois problemas: os conflitos fundiários e a regularização de posses. Para Becker (1974), o problema estava relacionado com o meio e a pouca adaptação dos nordestinos à realidade amazônica, como as condições climáticas e edafológicas que restringiam o cultivo de várias espécies por eles conhecidas, além das dificuldades na combinação agrícola capaz de garantir a subsistência da família e a venda de excedente.

Um novo plano surgiu em 1985, durante o governo Sarney, que previa assentar 1,4 milhão de famílias em lotes para reforma agrária; no entanto, até 1990, o número de famílias assentadas não passou de 90 mil. Le Tourneau e Bursztyn (2010) apontam que a Amazônia teve destaque nos esforços para uma reforma agrária (em número de famílias e área ocupada), mas os projetos apresentavam dificuldades na adequação econômica e ambiental diante da realidade amazônica,

com incompatibilidades entre o território ocupado pelas políticas do Incra e os esforços do governo para uma melhor gestão ambiental.

Em Roraima, algumas correntes migratórias eram observadas como determinantes da ocupação da região, como o garimpo, o extrativismo da sorva e os alistamentos no exército para o trabalho florestal de extração da borracha. Além disso, fatores como melhoria de condições de vida e facilidades para obter propriedades e bens foram questões que impulsionaram e atraíram migrantes de todas as regiões do país para o estado, principalmente vindos da região Nordeste.

Na década de 1970, a região de Caracarái ainda não tinha acesso por meio de estradas. A economia girava em torno do extrativismo, principalmente de castanha-da-amazônia e sorva (látex extraído de plantas do gênero *Couma* sp.) e do garimpo que acontecia em todo o estado de Roraima. O sistema econômico predominante era o de aviamento, que consistia na comercialização de produtos extrativistas vegetais e animais, baseado em relação de “patronagem”. Os comerciantes dos regatões navegavam pelos rios da Amazônia e chegavam às cidades, carregados de mercadorias, oferecendo seus produtos e adquirindo as produções da população local. As negociações ocorriam principalmente pela troca de produtos industrializados por recursos da floresta, mas também por financiamento do trabalho extrativista por parte dos comerciantes, o que os caracterizava como patrões, uma espécie de chefe que pagava ou financiava os trabalhos extrativistas.

Os comerciantes dos regatões subiam o Rio Branco comprando ou trocando os produtos extrativistas por produtos trazidos em suas embarcações. Com recursos financeiros, forneciam mantimentos para os extrativistas, como comida, remédios e ferramentas, investimento esse que era posteriormente abatido no valor dos produtos encomendados para os anos seguintes. Ainda hoje existe a necessidade de estabelecimento dessa relação de dependência com a figura de um “patrão” para subsidiar as atividades extrativistas, com a disponibilização de barcos, combustível ou alimentação. Os atravessadores ainda desempenham esse papel, mas esse é um negócio que sofre com a dificuldade de comercialização devido à não utilização de técnicas de beneficiamento e à ausência de recursos financeiros para a exportação.

A preocupação com a preservação de áreas da floresta amazônica em função das pressões dos movimentos ambientalistas fez com que o governo federal criasse,

na década de 1980, unidades de conservação (UCs), como a Estação Ecológica de Caracarái (1982) e a Estação Ecológica de Niquiá (1985) e, na década seguinte, o Parque Nacional Serra da Mocidade (1998) e o Parque Nacional do Viruá (1998). Essas regiões eram exploradas para a extração de sorva, açaí, castanha-da-amazônia e outros produtos não madeireiros; a partir de sua criação, as atividades nesses locais foram limitadas.

O município de Caracarái foi criado na década de 1950. A dinâmica espacial teve destaque com a construção da BR-174, que trocou o eixo principal de fluvial para rodoviário; mas o caráter de cidade porto do estado de Roraima permaneceu por conta da região do Baixo Rio Branco, acessível apenas por via fluvial (Figura 4). Os projetos de assentamentos conferiram ocupação rural que, em 2020, contava com 2.825 famílias nos 14 projetos de assentamento do município.

Em 1995, foram criados os projetos de Itã e Cujubim, com a finalidade de promover o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, assegurando-lhes, além do

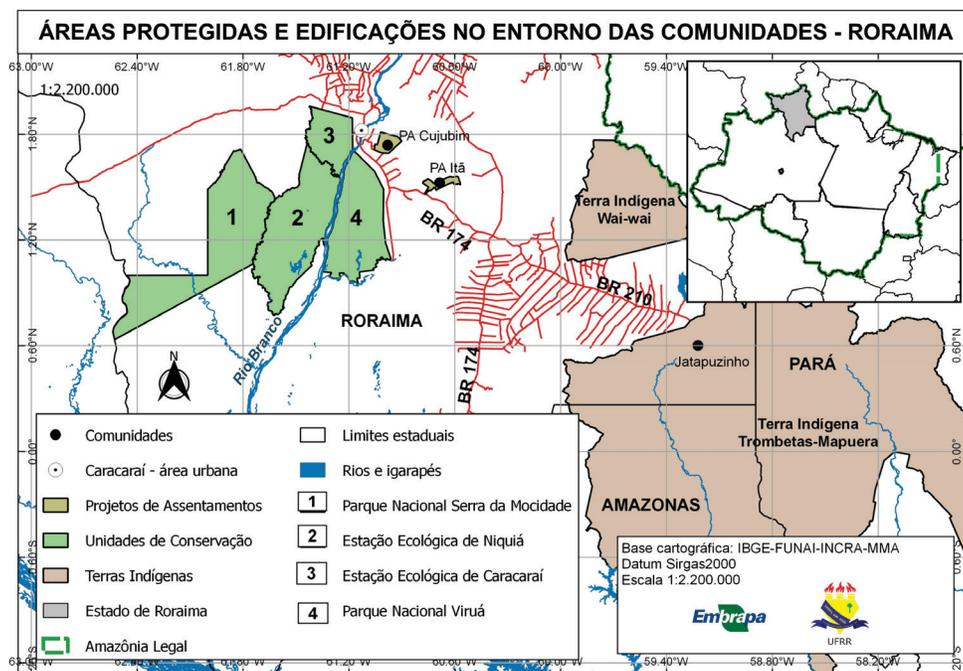


Figura 4. Localização da cidade de Caracarái e das comunidades Itã e Cujubim e seu entorno, região centro-sul de Roraima.

acesso à terra, condições de produção que lhes proporcionassem renda crescente e de forma estável. Como fatores importantes para a criação dos projetos, foram citadas a fertilidade dos solos e a proximidade com os centros consumidores do estado.

Para os extrativistas que já residiam no município de Caracaraí, a partir da criação dos assentamentos, a floresta livre passou a ter dono, a ser controlada, com a obrigatoriedade de autorização para adentrar as terras e a necessidade de acordos para a extração nesses locais, situação que passou a fazer parte do cotidiano dos extrativistas. Por outro lado, para os agricultores ali assentados, o extrativismo tornou-se uma fonte significativa para complementar sua renda familiar. Por outro lado, grandes fazendeiros se estabeleceram nesses assentamentos, e a relação com os extrativistas passou a ser baseada em demonstração de poder, tanto em termos de compra das terras da região quanto na nova relação que forçadamente se estabeleceu com os extrativistas locais.

A criação de UCs em Caracaraí faz parte de um novo olhar sobre a Amazônia. Até a década de 1980, o desenvolvimento teve como ponto principal a relação sociedade-natureza, em que o crescimento econômico era entendido como linear e infinito, e a incorporação da terra e dos recursos naturais era percebida como infinita. Após esse período, um novo olhar tem predominado para falar da Amazônia, com uso mais sustentável de seus recursos naturais e os saberes das populações tradicionais como fonte do “lidar com o trópico úmido”, visando melhorar aspectos relacionados ao uso das riquezas. Registra-se a presença de atores e movimentos de resistência à apropriação indiscriminada dos recursos. Esse momento, iniciado nas últimas décadas do século XX, vem dar voz às comunidades tradicionais como atores a serem considerados nas políticas públicas (Becker, 2005).

Essa voz das comunidades refletiu na demarcação e na homologação de terras indígenas. A homologação da TI Trombetas-Mapuera foi definida por Queiroz (2008) como a demarcação de território para um povo sem fronteiras, em referência à fixação de comunidades por um povo que, antes, não tinha lugar fixo de moradia. Essa fixação se fez necessária pelos equipamentos importantes que existem atualmente, como posto de saúde, escola e radiofonia. Esse é o caso da comunidade Jatapuzinho (Figura 5), que passa a ser o centro regional da saúde e educação das comunidades da TI Trombetas-Mapuera localizadas em Roraima, o que faz desta uma comunidade movimentada, que recebe moradores das outras seis comunidades – de acordo com os dados do censo do DSEI-Leste, no ano de

2019, eram sete as comunidades na região que correspondiam ao polo-base de Jatapuzinho.

O processo de reconhecimento ou identificação da área dos grupos indígenas que viviam na região conferiu uma nova dinâmica espacial no que se refere à criação de novas comunidades. No ano de 2000, o DSEI registrava apenas duas comunidades (Jatapuzinho e Cobra) com população total de 244 pessoas. Nesse mesmo ano, iniciou-se o processo de identificação e delimitação da terra indígena. O processo demarcatório da TI Trombetas-Mapuera começou em 1987, com a interdição estabelecida por portaria a partir de dados levantados em trabalho de campo da equipe do sertanista Sebastião Amâncio, em 1982, em que constatou a presença de sociedades indígenas isoladas na área a ser delimitada (Fundação Nacional do Índio, 2014). No ano de 2001, foram registradas quatro comunidades no polo-base (Jatapuzinho, Cobra, Samaúma e Catual), e, atualmente, a partir de levantamento de informações na comunidade, a região conta com mais três comunidades: Laranjinha, Makará e Soma.

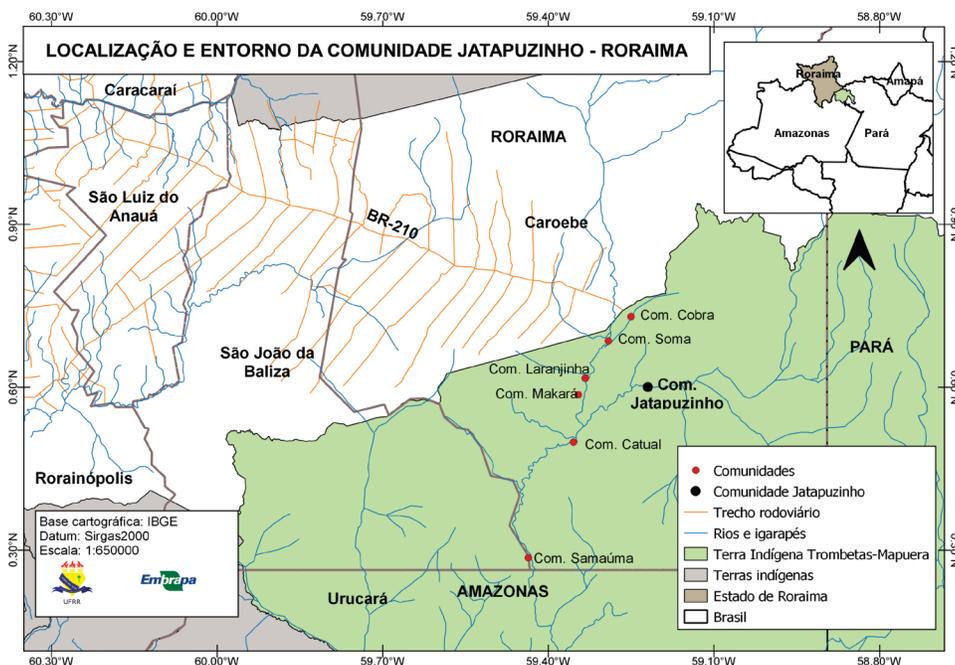


Figura 5. Localização da comunidade Jatapuzinho e seu entorno, Terra Indígena Trombetas-Mapuera, Roraima.

Esse novo olhar sobre a Amazônia e a preocupação com a conservação da região do Rio Purus também levaram à criação da Área de Proteção Ambiental Estadual (APA) Lago do Ayapuá, em 1990; porém, não houve elaboração ou estabelecimento formal das regras de uso dessa UC. Uma década após sua criação, os moradores da região foram consultados a respeito da criação de uma nova UC e, em 2003, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus, com área de 834.245 ha (Plano..., 2010). Essa UC estadual, localizada entre os interflúvios Purus-Madeira e Purus-Juruá, abrange os municípios de Anori, Tapauá, Beruri e Coari (Silva et al., 2017).

A história dessa RDS está relacionada com a diversidade biológica e cultural da bacia do Rio Purus devido à importância econômica de seus recursos naturais. Sua criação faz parte das ações decorrentes das preocupações com a preservação da floresta amazônica e com os elevados índices de desmatamento e degradação ambiental na região. Para a criação, a presença das populações tradicionais foi considerada, assim como as políticas que envolviam essas pessoas e seus modos de vida, como preconizado no princípio 22 da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio 92. Na década seguinte, o Brasil criou uma legislação específica para atender às demandas de criação de unidades de conservação (Lei n. 9.985, de 2000) e criou também o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) com o objetivo de auxiliar na gestão dessas UC (Plano..., 2010).

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas (2020⁷⁹), a RDS Piagaçu-Purus tem processos de regularização de uso ainda em andamento (diagnóstico biológico/socioeconômico, plano de gestão e acordo de pesca), e o conselho gestor está na fase de sensibilização, ainda não possuindo o plano de uso. Com infraestrutura para pesquisa científica e de educação ambiental, a fiscalização da área é ocasional. No contexto dessa reserva está a comunidade Nossa Senhora do Livramento – Uixi (Figura 6). Seus moradores participam do plano de manejo e do controle no uso dos recursos naturais, e essa é uma área que se destaca por conta da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*), da proteção das áreas que abrigam diferentes espécies de quelônios amazônicos, do monitoramento da captura de peixes ornamentais, bem como pela importância do extrativismo da castanha-da-amazônia.

⁷⁹ Disponível em: <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Mapa-atividades-UC.jpg>. Acesso em: 17 ago. 2020.



Figura 6. Localização da comunidade nossa senhora do livramento – uixi e seu entorno na reserva de desenvolvimento sustentável piagaçu-purus, amazonas.

O plano de manejo da unidade considera os grupos indígenas das TI Itixi-Mitari e TI Lago Ayapua, que estão na parte interna da RDS Piagaçu-Purus. Os indígenas utilizam áreas comuns dentro da RDS para pesca e coleta de castanha-da-amazônia, e o lago Ayapua, onde está localizada a comunidade Nossa Senhora do Livramento, é um espaço muito importante para a economia pesqueira, tanto dos indígenas quanto dos moradores das comunidades (Plano..., 2010). O Instituto Piagaçu (Plano..., 2010) esclarece que as regras de uso e de acesso à pesca no lago, que foram definidas no Plano de Manejo, não se aplicam às terras indígenas, e vice-versa. Embora na área comercial, onde se realizam o extrativismo de produtos vegetais e o manejo do pirarucu, tenha sido feito um acordo de uso com os indígenas, essa situação promove vulnerabilidade no que se refere ao uso e à exploração comercial dos recursos naturais.

Pontos em comum e diferenças entre as comunidades estudadas

Fonte de renda

As comunidades envolvidas nessa pesquisa têm em comum o extrativismo da castanha-da-amazônia. Essa atividade faz parte do calendário anual das comunidades não apenas no momento da coleta dos ouriços, mas também durante os meses de observação do desenvolvimento das plantas (floração e formação de frutos). De acordo com os levantamentos realizados em campo, é possível dizer que a Amazônia brasileira produz castanhas durante todo o ano, e apenas o mês de outubro não foi mencionado por nenhum dos extrativistas entrevistados. Os estados do Amazonas, Pará e Amapá apresentam registro de coleta durante os meses de novembro a maio, enquanto em Roraima a coleta da castanha acontece entre abril e setembro. Em todos os casos, o período de coleta coincide com o período de chuvas em cada um desses estados.

A coleta da castanha-da-amazônia é uma tradição familiar, e os homens são os principais coletores, representando 83% dos trabalhadores envolvidos, conforme levantamentos realizados na comunidade Nossa Senhora do Livramento. Por sua vez, entre os Wai Wai, a coleta da castanha mobiliza as comunidades inteiras e permite renda extra bem importante que ajuda a capitalizar e investir em melhorias diversas. De fato, em todas as comunidades, a atividade extrativista somente é feita quando há vantagem econômica, cenário positivo e alguma garantia de renda.

Na comunidade Marinho, a maioria das famílias (24 de 29 famílias, 82,75%) pratica o extrativismo da castanha-da-amazônia, e, destas, 19 (65,52%) também praticam a agricultura, além de existirem pessoas que trabalham por diária, aposentados e os que recebem auxílio social do governo. Logo, percebe-se que o extrativismo, embora continue presente como traço marcante da comunidade, não ocupa mais papel central na economia familiar, agora diversificada. Segundo Vasconcelos (2015), apesar da importância do extrativismo, é a agricultura que garante a subsistência das famílias, de modo que agricultura e extrativismo da castanha-da-amazônia têm importância equivalente para a comunidade.

Jesus e Guedes (2016), ao analisarem os dados socioeconômicos da Resex Rio Cajari, concluem que a renda advinda do poder público passou a ser maior do que a das atividades produtivas, o que pode vir a descaracterizar, com o tempo, o modo de

vida extrativista. Entre 2011/2012, a renda total movimentada na comunidade com a castanha-da-amazônia foi de R\$ 88 mil, enquanto com a agricultura foi de R\$ 54 mil. A renda anual com a atividade extrativista da castanha variou entre R\$ 400,00 e R\$ 9 mil/família, e da agricultura ficou entre R\$ 1.600,00 e R\$ 4.800,00/família. No total, foram comercializados 1.624 hectolitros de castanha em 2012, tudo vendido a atravessadores com pagamento em dinheiro no ato da entrega e sem emissão de qualquer documento fiscal. Essa dependência do atravessador é comum em outras localidades, como na comunidade Nossa Senhora do Livramento – Uixi, onde 42% dos extrativistas recebem adiantamento em dinheiro ou em produtos.

Por sua vez, os Wai Wai da TI Trombetas-Mapuera vêm buscando criar espaços e novas formas de comercialização como estratégia para conter a ação e a influência dos atravessadores, como é o caso da venda de castanha para a Conab, por intermédio da associação local. Já tiveram parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e receberam orientações para melhorar o processo de colheita, limpeza e armazenamento. Nos últimos anos, vem sendo implementado um projeto de castanha em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) para atender à demanda de compradores nacionais e conseguir melhores preços para sua produção.

Acesso, nomeação e regras de uso e posse dos castanhais

O acesso aos castanhais ocorre por estradas, rios e picadas na mata. Em algumas comunidades, esses acessos são denominados “estradas” ou simplesmente “caminhos” ou “piques” de castanha. Os extrativistas demonstram um profundo conhecimento do espaço que exploram e retiram os produtos florestais, chegando a nomear os diferentes caminhos e até mesmo diferentes áreas da floresta. Os castanhais geralmente são nomeados de acordo com a denominação da família que os explora, como na comunidade Jatapuzinho, em que há os castanhais do Timóteo, do Fernandinho, do Francisco, do Antônio, dentre outros. Nesse cenário, foram identificados 16 castanhais ao longo dos rios Yukutu, Kaponá, Ywara, Xiraw e Cachorro, todos integrantes da bacia hidrográfica do rio Jatapuzinho. No caso da comunidade Nossa Senhora do Livramento – Uixi, os extrativistas realizam coletas em diferentes castanhais, principalmente nos chamados “condomínios”, que, segundo Silva et al. (2017), são “áreas de uso público, onde todos os extrativistas fazem a coleta”.

Os extrativistas da comunidade Nossa Senhora do Livramento – Uxi exploram aproximadamente 31 castanhais, incluindo 18 condomínios (Bentes, 2007). Os condomínios são: Centro do Itaboca, Sapupemba, Uixizinho, Uixizinho do Ajará, Prainha, Tigre, Centro do Uixi, Tiririca, Mapichi, Cururu, Tavares, Naja, Curuçá, Palito, Degredo, Sapucaia, Capoeira Grande e Taiaçú. Existem ainda os castanhais de estradas⁸⁰, que são 13: Macaco-Prego, Itaubinha, Tucumã, Nova Olinda, Itauba, Itaboca, Ilhinha, Encaranação, Piquiá, Ilha dos Protázio, Cumarú, Limão e Jabuti. Nessas áreas, a concorrência é maior e “leva quem chegar primeiro”. Mesmo a coleta sendo realizada na RDS Piagaçu-Purus, um território onde predomina a coletividade e os direitos das comunidades tradicionais, 17% também coletam em área “particular” dentro da RDS. Elas são áreas de uso dos moradores com várias propriedades privadas, principalmente nas regiões do lago Uauaçú e lago Ayapuá, o que vem gerando inúmeros conflitos no que se refere à extração de recursos naturais, principalmente castanha. Segundo os moradores, várias das propriedades privadas dentro da RDS pertencem a herdeiros da família de Manoel Nicolau de Melo, com os quais os moradores têm relações de dependência financeira e moral, aliada a um passado histórico de subjugação (Plano..., 2010).

No Amapá, na comunidade Marinho, também existe o hábito de nomear os castanhais, como o castanhal da Sorva, da Andiroba, do Cacoal, das Meninas, onde as mulheres coletam castanha. O acesso a esses pontos se dá pelos ramais, que formam uma rede que “corta” a floresta e permite a chegada aos castanhais; quando esses ramais terminam, os extrativistas continuam se orientando nas “picadas”. Ali, existe uma apropriação dos castanhais e estes podem ser vendidos ou arrendados (outra pessoa retira a castanha e faz um pagamento proporcional), sendo que o arrendamento ocorre, muitas vezes, quando a família não consegue adiantamento em dinheiro do atravessador. Ainda assim, a comunidade criou uma regra, um acordo oral, para os arrendamentos, demonstrando que existe preocupação com o controle dos recursos naturais: o arrendamento só pode ocorrer entre as pessoas da comunidade devido ao medo de que, ao arrendar para pessoas de fora, isso possa gerar problemas com o arrendatário, de modo que este não queira devolver o castanhal. Mesmo sendo um acordo oral, existe um compromisso e uma relação de solidariedade e respeito entre os moradores da comunidade Marinho.

Na comunidade Marinho, 25 castanhais foram mapeados e georreferenciados pelos castanheiros com o apoio técnico do Instituto Estadual de Florestas do

⁸⁰ Para Silva et al. (2017, p.), as estradas são “castanhais onde a coleta é realizada com base em acordo com o responsável ou dono da área”. Esse responsável define o número de pessoas e a porcentagem destinada para o pagamento da utilização da área onde está sendo feita a coleta.

Amapá (Instituto Estadual de Florestas do Amapá, 2014). Nesse mapeamento, foram encontradas 8.580 castanheiras, e seus castanhais, como os das demais comunidades, não seguem qualquer padrão quanto ao tamanho de suas áreas nem têm marcos de delimitação – o que vale é o “limite de respeito”. Com isso, o número de árvores e a produção anual têm grande variação, desde castanhais pequenos, com 36 castanheiras, aos maiores, com até 917. Segundo Souza (2006), o tamanho médio dos estabelecimentos camponeses (colocação) na região sul do Amapá é de 100 hectares, uma área considerável quando comparada com a média dos estabelecimentos das demais agriculturas familiares brasileiras e do próprio estado do Amapá.

No município de Caracará, está a Serra da Mocidade, onde uma das referências de ponto de coleta de castanha é o Igarapé Capivara, na aba da serra, mais precisamente entre o Igarapé Pode Ser e o Igarapé do Açaí. O acesso se dá apenas por barco, em uma viagem de aproximadamente dois dias. Paiol é o ponto de referência onde a embarcação maior é deixada, e, desse ponto em diante, o trajeto é feito em barcos menores, muitas vezes a remo. A navegação se torna muito difícil devido à grande quantidade de junco – uma vegetação talosa formada por macrófitas –, e o barco a remo é a solução mais acessível para atravessá-los. As castanhas vão sendo acumuladas para, no final da coleta, serem transportadas até a sede de Caracará, onde são comercializadas. Essa região também é rica em açaí de touceira – denominado “chavascal” pelos extrativistas; por isso, o igarapé recebe o nome de Açaí. Atualmente, os extrativistas mais jovens extraem as castanhas pela entrada do Rio Ajaraní, pelos igarapés Taracúá (Água Verde) e Arara, como forma de economizar tempo e melhorar o transporte. Devido a um lado de a Serra da Mocidade ser parque, apenas é permitido o extrativismo do lado que não pertence ao Parque Nacional da Serra da Mocidade. Por sua vez, na região dos projetos de assentamento do Itã e Cujubim, as áreas de maior coleta de castanha são propriedades privadas, com destaque para a Fazenda Pau Rainha, no PA Itã, e a fazenda da Madeireira Vale Verde, no PA Cujubim.

Considerações finais

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) publicou um estudo sobre os desafios para a Amazônia e trouxe situações que se assemelham ao observado nas comunidades aqui apresentadas. As principais dificuldades comuns aos produtores da Amazônia estão relacionadas à infraestrutura de transporte (acesso, coleta e retorno para unidades de beneficiamento) e ao acesso ao mercado, que ainda é

perverso para os extrativistas e produtores, uma vez que “o mercado é restrito, não há canais de comercialização e isso favorece os atravessadores e o preço baixo” (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009).

A falta de condições e a infraestrutura para o escoamento da produção deixam os extrativistas em desvantagem e dependentes de atravessadores. Os dados socioeconômicos mostram que o extrativismo constitui uma das múltiplas estratégias voltadas à reprodução social da unidade familiar, envolvendo fatores relacionados à disponibilidade de mão de obra, ao período produtivo e ao mercado, e a força dos atravessadores expõe a fragilidade dos extrativistas, que ficam à mercê dos interesses externos e do poder econômico dos compradores.

Embora o extrativista faça todo o trabalho pesado, é ele quem tem o menor poder de incidir sobre a formação do preço do produto. Uma das explicações para esse baixo poder, além da determinação externa do preço, é a fragilidade organizativa da comunidade, como é o caso da Nossa Senhora do Livramento – Uixi. Essa comunidade tem filiados na colônia de pescadores, no sindicato rural e na associação, porém tais organizações não possuem um papel voltado ao seu fortalecimento político e econômico, com maior poder de incidência e empoderamento dos membros para adquirirem habilidades e atuarem em processos decisórios, de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas (Silva et al., 2017). A ausência de uma organização com foco no desenvolvimento socioeconômico dos extrativistas impossibilita a adoção de estratégias de organização da produção, recomposição de áreas, redução dos roubos de ouriços nos castanhais e conflitos externos, como o aproveitamento do potencial dos castanhais na produção de castanha-da-amazônia para promover impactos positivos no desenvolvimento das comunidades.

A castanha-da-amazônia é reconhecida pelas comunidades estudadas como um produto florestal importante e valorizado pelo mercado. Os entrevistados na comunidade Marinho, por exemplo, consideram que as novas pesquisas têm melhorado o conhecimento sobre a espécie, possibilitando a utilização e a fabricação de subprodutos (como biscoitos e bolos para a merenda escolar). Mas, para os extrativistas dessa comunidade, muita coisa ainda precisa melhorar, por exemplo, ampliar espaços de feiras na capital ou centros consumidores e, principalmente, as possibilidades de escoar os produtos para esses locais de comercialização. Ressalta-se que os extrativistas, de maneira geral, não atuam somente com a castanha-da-amazônia, mas exploram o potencial das florestas com o açaí, o uixi, o cumaru, a bacaba, dentre outros.

Há de se considerar que o futuro do agroextrativismo como atividade econômica, o futuro do modo de vida tradicional como traço cultural dessa população e o futuro da conservação ambiental desse patrimônio da humanidade, que são as florestas tropicais na Amazônia, estão condicionados a uma série de fatores, mas dependem, principalmente, das condições de vida e das oportunidades que são dadas aos jovens e às novas gerações. Nesse sentido, houve avanços significativos nas últimas décadas em relação às condições de vida e à renda dessas populações, mas não o suficiente para evitar o êxodo rural ou a substituição na forma de uso e ocupação da terra em médio e longo prazos. É preciso gerar oportunidades para a juventude rural com acesso à educação secundária e técnica, à inclusão digital, para que tenham informação e estabeleçam conexão direta com mercados externos, e à valoração da produção associada aos serviços ambientais prestados por essas comunidades. Com isso, percebe-se que são necessários muitos investimentos em infraestrutura e formação desses extrativistas, de modo que tenham seu trabalho valorizado e que haja melhoria das condições socioeconômicas nas comunidades e empoderamento dessas pessoas para uma real e efetiva contribuição para a manutenção e a sustentabilidade da floresta Amazônica, em todas as suas dimensões.

Referências

- ANTUNES, A. P.; LUIZE, B. G.; DEUS, C. P. de; MAZUREK, R.; VENTICINQUE, E.; RAPP PY-DANIEL, L. H.; RABELLO NETTO, J. G.; WALDEZ, F.; TINTO, F. H.; VON MÜHLEN, E.; MARIONI, B.; TERRA, A.; ROSSONI, F.; NETO, H.; RÖHE, F.; BOCCHINI, A. G. Rio, floresta e gente no baixo Purus: saber e uso da biodiversidade na RDS Piagaçu-Purus. In: SANTOS, G. M. dos (org.). **Álbum Purus**. Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011. p. 167-195.
- BECKER, B. K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 36, n. 2, p. 3-36, abr./jun. 1974. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1060>. Acesso em: 3 set. 2020.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.
- BENTES, E. S. **Extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Hubl.) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. 426 p.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Coletânea de Documentos da Terra Indígena Trombetas-Mapuera**. s/d. PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal. [Brasília, DF, 2014]. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto77/FO-CX-77-4742-2014.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

HOMMA, A. K. O. O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. 32 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 171). Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/406206>. Acesso em: 3 set. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DO AMAPÁ. Projeto Carbono Cajari. **Mapeamento participativo dos castanhais da Reserva Extrativista do Rio Cajari**: relato de experiência. Macapá: Petrobras Ambiental, 2014.

JESUS, F. L. M. de; GUEDES, M. C. Registro de experiência do Projeto Carbono Cajari: caracterização social das comunidades e castanheiros do sul do Amapá e de seus sistemas produtivos. In: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. (ed.). **Diálogos de saberes**: relatos da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2016. Cap. 5, p. 313-325. (Coleção povos e comunidades tradicionais, 2).

LAPOLA, D. M.; REPETTO, M. C. Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, Frente aos Grandes Projetos na Amazônia. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16014>. Acesso em: 8 set. 2020.

LE TOURNEAU, F.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, jan. /jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>.

PLANO de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus: versão para consulta pública: Beruri, Anori, Tapauá e Coari. Manaus: Instituto Piagaçu, 2010. V.1, 347 p.

QUEIROZ, R. C. de. **Trombetas-Mapuera**: território indígena. Brasília, DF: FUNAI: PPTAL, 2008.

RANGEL, K. S. **Modo de vida e território na reserva extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, S. C. P. da. **Os sistemas agroflorestais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus**: uma alternativa para a agricultura familiar. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SILVA, L. de J. de S.; MENEGHETTI, G. A.; PINHEIRO, J. O. C.; CARNEIRO, E. de F.; SILVA, K. E. da; BRITO, V. F. S. de; MORENO, A. A. **Castanha-do-Brasil**: aspectos socioeconômicos nas comunidades da RDS Piagaçu-Purus, município de Anori, AM. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2017. 35 p. (Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos, 135).

SOARES, M. G. M.; JUNK, W. J. Commercial fishery and fish culture of the state of Amazonas: Status and perspectives. In: JUNK, W. J.; OHLY, J. J.; PIEDADE, M. T. F.; SOARES, M. G. M. (ed.). **The Central Amazon floodplain**: actual use and options for a sustainable management. Leiden, Netherlands: Backhuys Publishers, 2000. p. 433-461.

SOUZA, W. P. de. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia – a Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá**. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

Capítulo 11

Serviços ecossistêmicos da floresta com castanheiras e serviços ambientais prestados pelos agroextrativistas – manejadores e guardiões da floresta em pé

Marcelino Carneiro Guedes; Patrícia da Costa; Carolina Volkmer de Castilho; Richardson Ferreira Frazão; Sérgio G. Milheiras; Walter Paixão de Sousa

Introdução

A castanheira-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) nasce em matas de terra firme de toda a PanAmazônia, região que engloba países como Brasil, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Colômbia, Bolívia, Peru e Venezuela (Müller et al., 1980; Moritz 1984; Mori; Prance, 1990). Apesar de raros, também há registros de castanheiras em várzeas e áreas periodicamente alagadas, conforme constatado pelos autores na região da foz do Rio Xingu (Gurupá/PA) e na comunidade Nova Aramanduba (Almeirim/PA). Mesmo na várzea, essas castanheiras continuam produtivas, e a coleta da castanha-da-amazônia é realizada pelos moradores.

Na Amazônia brasileira, o extrativismo dessa castanha representa a segurança socioeconômica de milhares de famílias agroextrativistas, tanto de populações tradicionais e indígenas da Amazônia, quanto de produtores rurais migrantes de outras regiões. A coleta das castanhas encontradas em seus frutos, popularmente conhecidos como ouriços, ocorre em todos os estados onde há ocorrência natural da castanheira, demonstrando a importância da espécie em toda a região.

Todavia, para que haja a coleta da castanha pelos agroextrativistas, é necessário que ocorram importantes serviços ecossistêmicos relacionados à espécie, os